

• Constituinte

SEGUNDO TURNO

Bancada do PT decide hoje se muda posição sobre o projeto

por Adriana Vera e Silva de Brasília

A bancada do PT na Assembleia Nacional Constituinte vai anunciar hoje em plenário sua posição em relação ao projeto aprovado no primeiro turno e revisado pelo relator Bernardo Cabral (batizado de projeto "B"). Na semana passada, os constituintes petistas declararam-se contra o texto, mas o partido resolveu rever sua posição por estar sendo acusado de compactuar com os grupos conservadores da Constituinte, que ontem levantaram a hipótese de rejeição do projeto "B".

"O PT não vai unir-se aos partidos que desejam anular o trabalho da Assembleia Constituinte, mas quer marcar sua posição contrária ao projeto, porque ele não satisfaz os interesses dos trabalhadores", disse ontem à tarde o líder do PT na Constituinte, deputado Luis Ignácio Lula da Silva (SP).

Segundo Lula, a proposta de rejeição do projeto "B", defendida pelo líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), "reflete a posição do governo federal, que não quer ver implantada a reforma tributária instituída pelo texto da nova Constituição e por isso deseja adiar sua promulgação".

O líder do PT disse que "o presidente José Sarney quer dinheiro para o seu último ano de governo, por isso luta para adiar a conclusão dos trabalhos constitucionais, já que a nova Carta vai mudar o orçamento da União para 1989".

A bancada petista reúne-se hoje a partir das 14 horas para decidir se mudará sua posição contrária ao projeto "B". O líder do partido declarou que o PT vai anunciar sua decisão du-

rante a sessão da Constituinte de hoje à tarde.

A sugestão do PT de rejeitar o projeto foi criticada ontem pelo líder do PCB na Constituinte, deputado Roberto Freire (PE). Seu partido, ao lado do PC do B, do PDT, do PSB e do PSDB, forma o chamado "grupo de esquerda", que procura unir-se para aprovar as emendas sobre temas polêmicos do texto constitucional, no segundo turno de votação.

CRÍTICA DE FREIRE

"O PT não sabe o que quer. Primeiro se opõe ao projeto, aliando-se aos setores de direita, o que é um absurdo, depois resolve mudar de posição. Eles vão ter que se justificar perante a sociedade", declarou Freire.

Segundo o vice-líder do PT na Constituinte, deputado José Genoíno, "o PT critica o projeto 'B' porque é um texto em que permanecem os problemas fundamentais do País. O partido não vai amenizar suas críticas ao projeto, mesmo que decida votar a favor dele". O líder do partido lembrou que essa não é a primeira vez que o PT é acusado de compactuar com os setores conservadores.

"Quando nos opusemos ao colégio eleitoral, em 1984, acusaram o PT de estar apoiando a candidatura de Paulo Maluf à Presidência da República", disse Lula.

Ele declarou não acreditar que a bancada do governo federal na Constituinte consiga somar 280 votos para rejeitar o projeto "B". "Mesmo o 'Centro' não está unido neste ponto", analisou. Para o senador paulista Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a posição petista é imatura. Segundo ele, "o PT é muito lírico".

Ulysses quer começar hoje a última etapa da votação

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Confiante na aprovação do texto resultante do primeiro turno, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deseja colocá-lo em votação na sessão de hoje à tarde. Para obter quórum, ele pediu aos governadores do PMDB para convocar os constituintes de seus estados a comparecer hoje ao plenário, segundo informou ontem o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), ao sair de um encontro com o deputado.

"Conversei hoje (ontem) com o presidente José Sarney e ele não me disse nada a respeito de adiar os trabalhos da Constituinte. Senti que ele está desejoso de que a nova Carta seja promulgada rapidamente", declarou o deputado Ulysses Guimarães ontem à tarde. Ele criticou as declarações do líder do PFL, no Senado, Marcondes Gadelha, de que o presidente Sarney estaria exigindo a volta do Destaque para votação em separado (DVS) no segundo turno. "A segunda rodada da Constituinte não comporta o DVS, isso está escrito nas normas desta votação, que foram distribuídas há vinte dias", disse o presidente da Constituinte.

"O doutor Ulysses acha

que muitas questões que o Palácio do Planalto deseja mudar na nova Constituição já estão sendo revistas nas negociações entre os partidos e também foram contempladas no parecer do relator Bernardo Cabral sobre as emendas para o segundo turno", declarou Fernando Henrique Cardoso. Na análise do senador paulista, "Ulysses Guimarães está consciente de que o PDS não soma com o PFL na tentativa de rejeitar o projeto do primeiro turno e que o PTB está dividido nessa questão".

NEGOCIAÇÕES

"Depois de se reunirem por cerca de uma hora na manhã de ontem, os líderes partidários da Assembleia Constituinte resolveram deixar para a tarde as negociações sobre os temas polêmicos que ainda podem ser alterados no texto constitucional. Por volta das 15 horas, foi aberta a primeira sessão do segundo turno da Constituinte. Não houve quórum suficiente para a votação do texto aprovado do primeiro turno, revisado pelo relator Cabral, chamado de projeto "B". Antes da verificação de quórum, que constata a presença de 230 parlamentares, vários constituintes fizeram discursos criticando a proposta do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), de re-

jeitar o projeto "B". Se o projeto não obtiver o número mínimo de 280 votos favoráveis, é possível que seja anulado todo o trabalho da Assembleia Constituinte, porque não existe um texto substitutivo.

A posição de rejeitar o projeto "B", entretanto, foi revista por José Lourenço ao final da segunda reunião de lideranças, realizada ontem, após o término da sessão. "Não posso fazer uma declaração que não leve à conciliação", disse Lourenço. "Depois desta reunião, tivemos a certeza de que tanto o PMDB quanto o grupo formado pelo PFL, PDS e PTB desejam conversar. O momento não é de radicalização, é de diálogo", completou.

Pelas normas de votação do segundo turno, só depois que o projeto "B" for votado em bloco pelo plenário é que serão votadas individualmente as emendas destacadas pelos constituintes. Segundo disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), depois da reunião dos líderes realizada à tarde, "antes de colocarmos as emendas em votação, vamos definir claramente a posição de cada partido, o que cada um negocia ou não".

Jobim, que é o líder do PMDB na Constituinte, explicou que a reunião da tarde foi convocada pelo depu-

tado José Lourenço e pelo líder do PDS, Amaral Netto, o que justificaria a ausência dos partidos de esquerda ao encontro. "O PFL, o PDS e o PTB vão nos trazer os pontos que consideram fundamentais no segundo turno e faremos uma nova reunião amanhã (hoje) para tentar buscar acordos", disse Jobim.

No início da noite, o líder pemedebista, o senador José Fogaça (PMDB-RS) e o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) foram recebidos pelo presidente da Constituinte e saíram confiantes no acordo sobre os temas polêmicos e na aprovação do projeto "B".

Jobim negou que o PMDB tivesse feito concessões sobre os temas polêmicos para conseguir que o líder pefelista, José Lourenço, desistisse da mobilização pela rejeição do projeto "B". "Ainda nem sabemos quais são os pontos fundamentais tanto para o PFL quanto para o PDS e o PTB. Vamos conversar sobre isso amanhã, apenas podemos constatar que o Lourenço está sendo razoável", declarou o líder do PMDB.

Para o relator Cabral, "rejeitar o projeto "B" seria impatriótico. Os constituintes não vão concordar em derrubar seu próprio trabalho".

Adiar a promulgação da nova Carta seria um "malefício", diz Sodré

por Cristina Borges do Rio

O adiamento da votação da Constituinte, retardando a promulgação da nova Carta para 1989 ou para depois das próximas eleições significará um "malefício" para o País, de acordo com o ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, que presidiu, ontem, a abertura da 1ª Reunião de Países da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. Sodré mostrou-se confiante de que o governo e parlamen-

tares encontrarão um consenso sobre a votação do segundo turno.

O ministro das Relações Exteriores criticou o texto constitucional, afirmando que "há muita coisa que torna o País difícil de ser governado". Sodré refutou qualquer hipótese de golpe militar, caso o governo não obtenha as modificações pretendidas na Constituinte. "O processo democrático brasileiro é irreversível. As Forças Armadas entendem que a sua função é garantir a democracia que vivemos hoje", disse ele.

Maciel condena atraso

O senador e presidente nacional do PFL, Marco Maciel, condenou ontem todas as tentativas de retardamento dos trabalhos da Constituinte por entender que a promulgação da nova Carta constitucional é o ponto mais importante de todo processo de transição política do País, cofore noticiou a Agência Globo.

"Considero, portanto, que não podemos paralisar os nossos trabalhos e muito menos zerá-los", disse o senador, ao externar sua discordância com o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, que defendeu publicamente esta última tese.

Segundo Maciel, o líder deve ter falado em nome pessoal, pois não recebeu delegação para falar pelo

partido e dificilmente estaria falando em nome do governo. Admitiu que o projeto aprovado no primeiro turno contém imperfeições, como toda obra humana, as quais poderão ser melhoradas no segundo turno.

Para o presidente do PFL, caberá aos constituintes no segundo turno confirmar os avanços que "idealisticamente" são desejados pela sociedade, sem que isso contribua para tornar a Constituição uma obra irrealista.

O presidente do PFL não quis fazer prognósticos sobre a data em que a futura Constituição estará promulgada. Não crê, contudo, que isso ocorrerá antes do final do mês de setembro.

Manobra do PFL ajudou o governo

por Mariângela Hamu de Brasília

Embora tenha pessoalmente desautorizado a iniciativa durante o café da manhã de ontem, com o deputado Ulysses Guimarães, o presidente José Sarney e seus auxiliares comemoraram no início da noite, discretamente, os dividendos colhidos pelo governo na esteira das ameaças feitas pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, de inutilizar o trabalho de dezoito meses até agora desenvolvido pela Assembleia Nacional Constituinte.

O deputado balanço pretendia, aproveitando uma brecha no regulamento que vai orientar os trabalhos do segundo turno, jogar o texto constitucional já aprovado no chamado "buraco negro", para dar ao governo a chance de recomençar a luta pela conquista de alguns pontos que — segundo o Palácio do Planalto — garantiriam a governabilidade do País, e que foram irremediavelmente perdidos na primeira fase dos trabalhos, como a reforma tributária, por exemplo.

As evoluções de Lourenço acabaram levando, ao longo do dia de ontem, o PMDB e os partidos de esquerda à mesa de negociações. Levaram, também, o presidente da Constituinte ao café da manhã no Palácio da Alvorada, para ouvir o presidente José Sarney, fazer uma detalhada análise do impacto que as decisões contidas no texto já aprovado provocariam nas contas do governo. Na conversa, Sarney ilustrou a sua tese da "ingovernabilidade" do País no futuro próximo com os números fornecidos por sua assessoria econômica.

Esses mesmos números seriam utilizados pelo presidente no pronunciamento de vinte minutos que faria

Sarney avalia Constituinte na TV

por Edison Beú de Brasília

O presidente José Sarney vai usar a rede nacional de rádio e televisão às 20,30 horas de hoje, para esclarecer à Nação quanto custará aos cofres do governo a manutenção de determinados artigos aprovados no primeiro turno pela Constituinte. O porta-voz do Palácio da República, Carlos Henrique dos Santos, contou que o presidente decidiu fazer o pronunciamento, ao analisar, no final de semana passado, no sítio do São José do Pericumã, os dados levantados pelos seus auxiliares e entregues pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, no sexto-feira.

à Nação, ontem à noite, e que acabou sendo adiado provavelmente para esta noite. Sarney diria que, somente do que foi possível calcular, a União será onerada em CZ\$ 2,3 trilhões se o texto constitucional for mantido como está, mas o Palácio do Planalto não aceitou o horário que lhe foi oferecido.

Inicialmente, estava estabelecido que o presidente falaria das 19h40 às 20 horas, antes, portanto, de ir ao ar o Jornal Nacional, transmitido pela Rede Globo. O pronunciamento foi, porém, adiado para as 20h30 mas esse horário o presidente Sarney não aceitou. Estava previsto que ele seria ocupado por empresários, também preocupados com os rumos da Constituinte, mas o programa dos empresários foi adiado e o presidente não quis ocupar o horário a eles reservado, para evitar a impressão de que era parte

"O presidente decidiu fazer o pronunciamento, como parte importante e sendo fundamental do esforço que o governo acha necessário empreender nesta segunda etapa de trabalho da Constituinte e no sentido de promover o mais amplo esclarecimento público e, em particular, aos senhores constituintes, da confirmação de alguns preceitos inscritos no atual projeto", explicou o porta-voz.

Santos disse que Sarney deseja "uma Constituição moderna, capaz de promover o desenvolvimento do País, o equilíbrio das instituições e a melhoria do bem-estar do povo brasileiro".

O pronunciamento tinha sido marcado inicialmente para as 20,30 horas de ontem. No início da noite, a assessoria do presidente informava o adiamento para as 21,30 horas.

O porta-voz explicou que os compromissos de rotina de Sarney retardaram o início da gravação. Às 19,15 horas, o presidente ainda estava redigindo o discurso. "Tínhamos chegado a uma faixa de risco no horário de gravação", contou Santos, justificando o adiamento para hoje. O texto do pronunciamento foi concluído ontem mesmo. Possui quinze laudas e deve durar cerca de 15 minutos, segundo o porta-voz.

da mesma iniciativa. No pronunciamento, o presidente Sarney fará um diagnóstico da crise que a nova Constituição poderá ajudar a desenhar e baseará suas previsões nos números que lhe foram fornecidos por sua assessoria econômica. "São números assustadores", escreveu o presidente na primeira versão do discurso, rascunhada na final da semana e mostrada pelo presidente aos ministros militares que com ele se reuniram na noite do domingo, no Palácio da Alvorada.

O encontro com os ministros Bayma Denis, do Gabinete Militar; Ivan de Souza Mendes, do SNI; Leonidas Pires Gonçalves, do Exército; Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica; Henrique Sabóia, da Marinha; e Valbert Lisieux de Figueiredo, do Estado-Maior das Forças Armadas, foi convocado na tarde de domingo pelo general Bayma

Denis, a pedido de Sarney. Os generais reuniram-se na biblioteca do Palácio da Alvorada durante uma hora e vinte minutos para ouvir do presidente o mesmo diagnóstico. Eles examinaram os números oferecidos pelo presidente, dos quais tinham conhecimento apenas os generais Ivan Mendes e Denis, e cada um falou sobre suas preocupações. Todos se solidarizaram com Sarney e até a segurança nacional foi analisada à luz das decisões da Constituinte.

A reforma tributária de tal maneira deixaria mais ricos os estados já ricos e mais pobres os estados mais pobres que a integração regional estaria definitivamente comprometida, da mesma forma que a segurança nacional, defendeu um dos ministros durante a reunião. Nenhum ministro civil participou do encontro do Alvorada no domingo.

Lourenço agora crê em acordo

por Marcos Magalhães de Brasília

Depois de gerar um clima de expectativa no Congresso Nacional, com a sua pregação a favor do adiamento das votações do segundo turno da Constituinte para depois das eleições municipais, o deputado José Lourenço, líder do PFL, voltou atrás, no início da noite de ontem. "Agora acredito muito no entendimento", afirmou ele, após dois encontros: com o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, e uma reunião com quinze vice-líderes e coordenadores de bancada de seu partido.

As perspectivas de conciliação apareceram após um dia inteiro de ansiedade na Constituinte. Logo cedo, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional, foi tomar café com o presidente José Sarney e voltou falando da agilização das votações. "Nosso objetivo é terminar o quanto antes os nossos trabalhos, corrigindo as eventuais lacunas que encontramos", disse.

Ulysses assegurou não ter conversado com Sarney sobre o adiamento da Constituinte. "Não falamos dis-

so porque não chegaram a meu conhecimento informações a esse respeito, a não ser as especulações de jornais", esquivou-se. Outras lideranças — como o senador Mário Covas, presidente do PSDB — atacaram duramente a ideia. "Essa proposta representa um tal divórcio da Nação que me custa a crer que alguém a defenda", surpreende-se.

O próprio deputado José Lourenço prefere esquecer do adiamento. "A política é dinâmica", disse. Ao final da tarde, ele anunciou a criação de uma comissão, composta pelos deputados José Lins, do PFL; Bonifácio de Andrada, do PDS; e Gastone Righi, do PTB, destinada a listar os pontos considerados mais importantes para os três partidos, e partir, então, para uma conversa com o PMDB, ainda nesta terça-feira. "Em mais um dia entraremos no mérito das questões", afirmou.

A evolução do confronto à negociação parece ter sido a estratégia adotada pelo PFL. "Não poderia votar de saída a favor de um projeto do qual discordo em muitos pontos, para privilegiar os que não queremos



José Lourenço

mudar nada e só precisam, para isso, ficar em casa", explica o deputado Luis Eduardo Magalhães.

"Se não houver acordo antes, muito menos ele será possível depois", concordou o vice-líder do partido, deputado Inocêncio Oliveira. "Sem entendimento, logo após a votação do projeto ele poderia ser publicado no Diário Oficial, pois seria impossível modificá-lo".

O PTB também se mostrou disposto a forçar uma negociação prévia à votação.

"Nós não queremos aprovar o projeto sem contar com a possibilidade de modificá-lo depois", anunciou o líder do partido, deputado Gastone Righi. O PDS somente tomará uma posição oficial na manhã de hoje, após uma reunião da bancada.

O presidente do partido, senador Jarbas Passarinho, quer retirar do texto artigos que oneram os cofres federais, mas deve ter uma posição conciliadora. "Como o PMDB sabe que não ganha as próximas eleições, está sendo muito benevolente com os gastos públicos", diz ele. "Mesmo assim, votarei a favor do projeto, ressalvados os destaques".

O senador Roberto Campos, por outro lado, afirmou que está disposto a bombardear o projeto. "Na minha opinião, deveríamos zerar a Constituinte e elaborar meia dúzia de emendas à Constituição existentes para garantir um grau suficiente de liberalização política sem nos colocarmos na contramão da história econômica", defende o senador, que tem criticado duramente o que chama de "tendência estatizante" da nova Carta.

"Lobby" vitorioso volta para o segundo turno

por Ascânio Seleme de Brasília

Antes mesmo de iniciada a votação do segundo turno da Assembleia Nacional Constituinte, grupos de pressão já começam a mostrar o poder do "lobby", iniciando novos contatos e estratégias para manter ou suprimir pontos aprovados em primeiro turno. Ontem, duas entidades de caráter nacionalista deram partida ao jogo de pressão, do qual foram vitoriosas na primeira etapa dos trabalhos constitucionais.

O Movimento Brasil Informático (MBI), órgão que reúne diversas entidades de pesquisa e informática, e a recém-criada Câmara de Empresas Brasileiras de Capital Nacional (Cebracon), deram o primeiro passo no "lobby" que articulam para manter tudo o que foi aprovado sobre ciência e tecnologia e capital nacional no projeto constitucional.

"Nosso trabalho é manter o que foi aprovado no primeiro turno sobre empresa de capital nacional", admitiu o presidente da Cebracon, o empresário Luiz Octávio Athaide. "Esta é a hora do toque de reunir de nossas entidades", disse o secretário-geral do MBI, Manuel Fernando Ruiz Calichio. Os dois dirigentes e outros trinta representantes de entidades coligadas passaram todo o dia de ontem fazendo visitas e mantendo reuniões na Assembleia Constituinte.

No final da noite, depois de se entrevistarem com várias lideranças partidárias, as entidades foram ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, "hipotecar solidariedade à primeira Constituinte democrática já realizada no País". Ruiz Calichio disse a Ulysses que as entidades ali representadas estavam particular-

mente preocupadas com a "movimentação poderosa dos grandes empresários brasileiros", que, segundo ele, não representam o empresariado nacional. "O empresariado brasileiro deve ser representado pelos pequenos e médios, que significam mais de 90% do total", disse Ruiz Calichio.

Athaide, por sua vez, disse a Ulysses Guimarães que o texto aprovado sobre empresa brasileira de capital nacional é a "primeira chance de se criar um modelo brasileiro para o Brasil". São quatro pontos básicos que a Cebracon defende: 1 — definição de empresa nacional conforme o texto aprovado em primeiro turno; 2 — garantia de mercado interno para o Brasil; 3 — tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas; 4 — preferência para empresas nacionais nas compras governamentais.

Para o MBI, a defesa de mercado interno também deve ser uma conquista "inarrredável". O artigo 222 do projeto constitucional estabelece que "mercado interno integra o patrimônio nacional", acrescentando que esse mercado deve ser incentivado pelo Estado. Por outro lado, o MBI ataca a União Brasileira de Empregados (UBE), afirmando, em documento entregue a Ulysses, que os pontos que a UBE quer suprimir "são os dispositivos que constituem os avanços mais significativos no estabelecimento de uma ordem econômica e social mais justa".

Ulysses recebeu as entidades e disse ser testemunha da "postura vigilante" daquelas associações. O presidente da Constituinte reafirmou que a sua disposição era de garantir os avanços conquistados no primeiro turno. "Nossa preocupação sempre foi avançar no terreno da modernidade e da contemporaneidade. A Constituinte tem de defender nossa soberania, também na economia, nas finanças e nas empresas", definiu Ulysses.

Ele sugeriu, então, que as entidades continuassem o seu trabalho, procurando os líderes partidários, trabalhando os votos de cada constituinte. O presidente da Cebracon, perguntado se a entidade que preside é forte o suficiente para atacar na frente política, respondeu: "Fortes não sei se somos, mas conseguimos fazer um bocado de barulho".